



ICMS único será debatido amanhã por governadores

Está marcada audiência pública com os representantes de seis estados sobre projeto que unifica as alíquotas visando acabar com a guerra fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos ouvirá os governadores Omar Aziz (Amazonas), Wilson Martins (Piauí), André Puccinelli (Mato Grosso do Sul), Geraldo Alckmin (São Paulo), Renato Casagrande

(Espírito Santo) e Tarso Genro (Rio Grande do Sul). Estados do Sul e Sudeste apoiam a unificação das alíquotas em 4%, como quer o governo federal. Os do Norte, Nordeste e Centro-Oeste defendem duas alíquotas, de 4% e 7%. **3**

Estatuto da Juventude poderá ir ao Plenário em regime de urgência **4**

Dilma vai enviar ao Congresso projeto para fortalecer Procons

No evento de lançamento do Plano Nacional de Consumo e Cidadania, a presidente Dilma Rousseff pediu apoio do Legislativo à

proposta e assinou um decreto que cria a Câmara Nacional de Relações de Consumo e outro que regula o comércio eletrônico. **2**



Agência Petróleos de Notícias

Plataforma em Angra dos Reis (RJ): regras para contratos vigentes desagradam estados produtores

Estados prejudicados entram no STF contra Lei dos Royalties

Entraram em vigor, na sexta-feira, os trechos da nova Lei dos Royalties que haviam sido vetados pela presidente Dilma Rousseff. Os vetos foram derrubados pelo Congresso. Com isso, já estão valendo as regras que mudam a

distribuição dos royalties do petróleo, beneficiando estados e municípios não produtores. Também na sexta-feira, os governos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, que se sentem prejudicados, recorreram ao STF contra as novas normas. **3**

Lúcia Vânia assume Ouvidoria do Senado para mandato de dois anos **2**

Comissões ouvirão esta semana ministros da Educação, da C&T e do Planejamento **4**

Roberto Stocker Filho/PPR



A presidente lança o Plano Nacional de Consumo e Cidadania, com presença de Renan Calheiros (C)

Secs | Suprês — Criação e Marketing

Cidadãs
e a Constituição de 1988

lutas e conquistas

Para celebrar o Mês da Mulher, o Senado apresenta uma viagem no tempo, com as prévias da Assembleia Nacional Constituinte, as conquistas posteriores à promulgação da Constituição de 1988 e as vitórias ainda por vir.

de 6 a 31 de março | Senado Galeria e Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima
Saiba mais sobre essa e outras ações em: www.senado.leg.br/mesdamulher2013

SENADO FEDERAL





No Palácio do Planalto, Dilma lança o plano entre o vice-presidente, Michel Temer, e o presidente do Senado, Renan Calheiros

Dilma propõe parceria em defesa dos consumidores

No lançamento do Plano Nacional de Consumo e Cidadania, com presença do senador Renan Calheiros, presidente diz que os Três Poderes da República precisam trabalhar em conjunto para defender o cidadão

A PARCERIA ENTRE Executivo, Legislativo e Judiciário para garantir os direitos dos cidadãos foi destacada pela presidente da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia realizada sexta-feira no Palácio do Planalto para comemorar o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor (15 de março) e lançar o Plano Nacional de Consumo e Cidadania. O plano reúne medidas propostas por órgãos de defesa do consumidor, com a participação de ministérios, de agências reguladoras e do Banco Central.

Na cerimônia, com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, Dilma enfatizou que

a medida vai regulamentar e modernizar as relações de consumo no Brasil.

— É muito importante, para não dizer que é estratégica, a ação harmônica conjunta dos Três Poderes — disse Dilma.

No evento, a presidente assinou decreto que cria a Câmara Nacional de Relações de Consumo e outro que regulamenta o comércio eletrônico no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Um projeto que também altera o CDC será enviado ao Congresso para reforçar o papel dos Procons, apertar a fiscalização sobre empresas e aumentar a multa por desrespeito a direitos do consumidor.

Renan lembrou projeto (PLS 50/12) de Lobão Filho (PMDB-MA) que aumenta o valor das causas nos juizados especiais cíveis estaduais de 40 para 60 salários mínimos.

— Esse é o papel das instituições: fazer e aprimorar leis para o cidadão ser integralmente contemplado — disse Renan.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que acertou uma pauta prioritária.

— Procurei os presidentes do Senado e da Câmara, pactuamos uma pauta legislativa para os próximos dias para que o Congresso aprove as leis necessárias para garantir os direitos dos consumidores — afirmou.

Lúcia Vânia assume Ouvidoria do Senado



Lúcia Vânia (PSDB-GO) é a nova ouvidora-geral do Senado, designada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, para suceder Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A indicação dispensa a aprovação do Plenário e o mandato é de dois anos, renovável por igual período.

A função da ouvidora-geral é receber e dar o tratamento adequado a reclamações, sugestões, denúncias e elogios da sociedade, além de responder a demandas enviadas pelos cidadãos e sugerir mudanças que permitam o controle social do Senado.

Criada por meio do Ato da Comissão Diretora 5/05, a Ouvidoria foi regulamentada e implantada em 2011. Mais informações em <http://www.senado.leg.br/senado/ouvidoria>.

Cesta básica ainda não pôde baratear, diz Jucá

Relator do Orçamento aprovado semana passada, Romero Jucá (PMDB-RR) criticou notícias sobre a elevação do custo da cesta básica após o governo anunciar desoneração, há uma semana. Ele afirmou que não houve tempo para a retirada de tributos fazer efeito.

Segundo Jucá, os resultados vão aparecer quando completar o ciclo de reposição, da indústria até as prateleiras. Os itens hoje disponíveis para compra, disse ele, ainda carregam os custos dos impostos que foram retirados pela medida provisória da semana passada.

— Queria fazer essa reflexão para não parecer que a medida provisória é inócua — reforçou.

O senador observou que foram previstos mais de R\$ 20 bilhões em redução de tributos para este ano. Jucá disse que Dilma Rousseff está correta em continuar a desonerar a indústria e os produtos da cesta básica.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Homenagem

14h A sessão de hoje é não deliberativa. Às 18h30, os senadores homenageiam o ex-senador e ex-governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima, morto em 2012.

CONGRESSO Ano da Contabilidade

11h Sessão conjunta solene do Congresso, no Plenário do Senado, em comemoração ao Ano da Contabilidade, sob a presidência de Renan Calheiros.

CI Energia e desenvolvimento

18h "Energia e desenvolvimento do Brasil" é o tema de audiência pública com a participação do professor da Unicamp Rogério Cezar de Cerqueira Leite.

TERÇA

CMA Rio Amazonas

8h30 Audiência com o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu Guillo, sobre o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas. Depois, votação final do projeto que cria o Selo Verde Preservação da Amazônia para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus.

CAS Tabela do SUS

9h Em debate na Comissão de Assuntos Sociais, com representantes da área da saúde, o reajuste da tabela do SUS.

CCT Prioridades em ministério

9h O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, fala na Comissão de Ciência e Tecnologia sobre a agenda e as prioridades da pasta.

CAE Unificação do ICMS

9h Votação de projeto sobre desconto por disciplina não cursada no nível superior. Às 10h, audiência sobre ICMS com governadores do Amazonas, Piauí, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

CE Bolsa-Atleta

11h Projeto altera a lei que institui o Bolsa-Atleta para ampliar o número de atletas a serem contemplados pelo benefício. Outro item da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte institui a Semana Nacional da Doação de Cordão Umbilical.

CPI DA MULHER Relatório final

14h Apresentação do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra a Mulher.

QUARTA

REGIMENTO COMUM Audiência

14h30 O ministro do TCU Raimundo Carreiro participa de audiência pública sobre o Regimento Comum do Congresso.

REVISTA Educação

18h Lançamento da 14ª edição da revista *Em Discussão!*, com o tema "Educação: salto de qualidade é urgente".

QUINTA

CI Rodovias

8h30 Audiência pública com o diretor-geral do Dnit, Jorge Ernesto Pinto Fraxe, sobre problemas estruturais em rodovias concluídas nos últimos anos.

CAS Aprendizizes

9h Proposta em pauta obriga a contratação de aprendizizes maiores de 18 anos por empresas com mais de 50 empregados. Às 15h, reunião com secretários de Saúde.

CE Ministro Aloizio Mercadante

10h A comissão realiza audiência pública para ouvir o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, sobre as diretrizes e prioridades do ministério.

CCJ Reintegração de posse

10h Na pauta, projeto que torna crime de responsabilidade o não cumprimento, por governador, de reintegração de posse no prazo de 15 dias.

PACTO FEDERATIVO Prefeitos

11h Reunião sobre o pacto federativo com prefeitos e líderes da Câmara e do Senado, no Salão Negro do Congresso.

CDH Cardápio em braille

11h30 Projeto na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa obriga restaurantes, bares e lanchonetes a manter cardápio em braille.

SESSÃO ON-LINE

SUBCOMISSÃO Copa e Olimpíadas

9h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidente e relator da Subcomissão de Acompanhamento da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016.

CCJ Ministra Miriam Belchior

14h Para discutir as Propostas de Emendas à Constituição 53/07 e 56/09, que tratam dos terrenos de marinha, a comissão realiza audiência pública com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, entre outros convidados.

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário: Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Seis governadores vão debater unificação do ICMS

Comissão de Assuntos Econômicos realiza nova rodada de debates sobre proposta do Executivo e ouve governadores do Amazonas, Piauí, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Espírito Santo e Rio Grande do Sul

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) realizará amanhã, às 10h, mais uma rodada de debates antes de votar, no dia 26, o projeto que unifica gradualmente até 2025 as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Deverão ser ouvidos governadores representantes das cinco regiões do país: Omar Aziz (Amazonas), Wilson

Martins (Piauí), André Pucinelli (Mato Grosso do Sul), Geraldo Alckmin (São Paulo), Renato Casagrande (Espírito Santo) e Tarso Genro (Rio Grande do Sul).

Na última audiência realizada pela CAE sobre o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/13, terça passada, secretários de Fazenda divergiram quanto à proposta, de autoria do Poder Executivo.

Os representantes do Sul e do Sudeste apoiaram a unificação das alíquotas interestaduais em 4%, como deseja o governo federal. Os do Norte, Nordeste e Centro-Oeste defenderam uma convergência para 7% e 4%. A alíquota de 4% seria aplicada na origem das mercadorias dos estados do Sul e do Sudeste e a de 7% nas demais unidades federativas. Os secretários só concordaram com a necessidade de dar mais segurança ao Fundo de Compensação de Receitas (FCR) e ao Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que substituirá o ICMS como instrumento de atração de investimentos privados.

Grande parte dos secretários defendeu a elevação do aporte da União ao FDR, via Orçamento. Pela proposta do governo federal, esse aporte seria de 25%, com os restantes 75% assegurados por bancos oficiais.



Pinheiro discute seu texto com Jorge Viana, em audiência conjunta

Senado deve votar amanhã partilha do Fundo de Participação dos Estados

O rateio de mais de R\$ 70 bilhões entre os 26 estados e o Distrito Federal pode ser disciplinado amanhã, com votação em Plenário de novos critérios para o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Substitutivo de Walter Pinheiro (PT-BA) a oito projetos propõe que seja assegurado até 2017 um piso igual aos valores atualmente distribuídos. Eventual sobra poderá ser repartida conforme dois critérios: população e renda per capita domiciliar. Se aprovado, o texto segue para a Câmara.

O problema começou em 2010, quando o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o rateio vigente e estabeleceu o prazo de 31 de dezembro

de 2012 para o Congresso elaborar nova lei. Como o tema não foi votado por falta de acordo, uma liminar concedida em janeiro pelo ministro Ricardo Lewandowski prorrogou os critérios por mais 150 dias.

O substitutivo foi discutido quinta-feira em audiência conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição e Justiça (CCJ) e de Desenvolvimento Regional (CDR), com participação do coordenador dos secretários de Fazenda no Conselho de

Administração Fazendária (Confaz), Claudio Trinchão.

Na opinião dele, o prazo para vigência das regras — até 2017 — será suficiente para avaliar variações nas receitas decorrentes de mudanças em estudo, como o novo cálculo do ICMS e a nova divisão dos royalties do petróleo.

Além do representantes do Confaz, vários senadores apoiaram o substitutivo, embora tenham feito críticas a alguns critérios de distribuição. Mas a discussão deverá prosseguir

com a busca de critérios para depois de 2017.

Depois da votação de amanhã, poderá ser discutida a proposta dos governadores de incluir na base do FPE a

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A pressão deverá aumentar pela constatação de que esses dois impostos vêm tendo seu peso diminuído no conjunto das receitas da União. Estudo do Confaz mostra que o IPI e o IR, que significavam 76% das receitas, em 1988, caíram para 55%, em 2010. As contribuições, cujas receitas são só da União, subiram de 24% para 45% no mesmo período.

Texto mantém como piso valores atuais de cada estado até 2017, quando serão criadas novas regras



Governadores e parlamentares reunidos semana passada: FPE e ICMS na pauta

Lei dos Royalties entra em vigor sem vetos

Já estão em vigor os dispositivos da Lei dos Royalties do petróleo que tinham sido vetados no final do ano passado pela presidente Dilma Rousseff. Esses trechos foram restituídos ao texto da Lei 12.734/12 por meio de ato publicado na sexta-feira no *Diário Oficial da União*. Os 142 vetos presidenciais à Lei dos Royalties foram derrubados pelo Congresso no dia 7 de março. A decisão

beneficiou estados e municípios não produtores de óleo e gás natural.

Os governadores do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e do Espírito Santo, Renato Casagrande, já ingressaram com ações no Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que as alterações nas regras violam a Constituição e o pacto federativo. O processo vai ser analisado pela ministra Cármen Lúcia.

A nova legislação prevê

um rateio mais igualitário dos royalties entre estados e municípios, mas a derrubada dos vetos estende a nova distribuição a contratos já em vigor e não só para os acordos de extração futuros, como previa a lei publicada antes. Cabral e Casagrande argumentam que seus estados tinham a expectativa de receber as verbas e que vários programas sociais e investimentos já contratados dependem desse dinheiro.

BRAGA PROPÕE MUDAR ICMS PARA COMPENSAR PRODUTORES

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que a lei dos royalties é "matéria vencida", mas defendeu a cobrança do ICMS na origem. — O Rio de Janeiro, maior produtor de petróleo do país, não cobra imposto na origem, e as refinarias do estado de São Paulo ficam com todo o ICMS — disse.



Sérgio Cabral (E) e Renato Casagrande (D) debatem divisão de royalties

Ana Amélia elogia decisão que tornou ilegal parcelamento de precatórios

Ana Amélia (PP-RS) elogiou a decisão do STF que considerou ilegal o pagamento parcelado dos precatórios. — É o cidadão a quem o Estado, como ente público, deve precatório e não paga. Mas, se o cidadão dever para o Estado algum imposto, coitado — disse.

A senadora lembrou que sexta-feira foi o Dia Mundial do Consumidor e pediu atenção a projetos sobre o câncer de mama em tramitação no Senado. Ela também fez um apelo ao Ministério das Comunicações pela fiscalização do cumprimento da Portaria 354/12, que determina a padronização do volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços destinados à propaganda.



Aloysio Nunes critica governo por "pasmaceira" na economia

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse estar impaciente com a "pasmaceira do país". Ele cobrou uma ação mais firme do governo, mesmo citando medidas positivas, como a queda de juros e a redução da tarifa de energia elétrica.

— Fora isso, não vejo uma política para promover maior competitividade, permitir acesso a mercados importantes e evitar a primarização da pauta de exportações — disse.

Para ele, é "fogo de palha" a recente desoneração da cesta básica.

— Hoje, o jornal *O Globo* mostra que o preço da cesta básica, depois das medidas, ao invés de diminuir, aumentou — afirmou.



Requião vê com ceticismo debate sobre nova distribuição do FPE

Na discussão em torno dos novos critérios de partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados, o que se debate efetivamente é a "divisão da miséria" e não a mudança necessária no atual modelo econômico, disse Roberto Requião (PMDB-PR).

— Quando eu vejo governadores se reunindo no Senado para discutir a redistribuição, um quer tirar

uma coisa do outro. Não vejo visão global da economia brasileira — disse. O senador queixou-se que o PLS 210/12 — Complementar, de sua autoria, que permite aos estados e municípios aplicar parcelas de pagamentos das dívidas com a União em investimentos, está parado na CCJ.



Ministros virão ao Senado para debater ações

Os ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, da Educação, Aloizio Mercadante, e a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, têm encontros marcados nesta semana, no Senado.

Amanhã, a partir das 9h, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) ouvirá Marco Antonio Raupp. Entre os assuntos da pauta, está a execução da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e os seus programas.

De acordo com Zeze Perrella (PDT-MG), que preside a CCT e propôs o debate, a política federal para o setor vem priorizando, nos últimos anos, programas voltados ao desenvolvimento do país nesta área e precisa ser acompanhada pelo Parlamento.

O senador lembra que tramita na CCT o projeto (PLS 619/11) que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o qual resultou de discussões promovidas pela comissão.

Na quarta-feira, às 10h, será a vez de a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) receber o ministro Aloizio Mercadante para falar sobre as prioridades do Ministério da Educação para 2013. A audiência pública foi proposta por Cyro Miranda (PSDB-GO) e Ana Amélia (PP-RS).

Na quinta-feira, Miriam Belchior estará na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para debater, às 14h, as propostas de emenda à Constituição que tratam de terrenos de marinha.

Reunião com líderes partidários nesta semana vai decidir se projeto deve ser enviado diretamente ao Plenário após votação na Comissão de Assuntos Sociais, dia 27, dispensando outros dois colegiados

Paim quer urgência para o Estatuto da Juventude

RELATOR DO ESTATUTO da Juventude na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Paulo Paim (PT-RS) disse sexta-feira que nesta semana se reunirá com lideranças partidárias para propor que o texto vá ao Plenário no dia 3 de abril, em regime de urgência. O projeto deve ser votado pela CAS dia 27 e antes de ir a Plenário precisaria passar por mais duas comissões: Educação e Cultura (CE) e Direitos Humanos (CDH).

Segundo o senador, a pressa se deve à realização em julho, no Rio de Janeiro, da Jornada Mundial da Juventude, da Igreja Católica, em que é esperada a presença do papa.

— A juventude gostaria muito que o país possa anunciar ao

mundo que há aqui o Estatuto da Juventude, como há o do Idoso, o da Criança e do Adolescente, como há hoje quase pronto também o da Pessoa com Deficiência — disse.

As reuniões, nos dias 20 e 21, também servirão para elaborar a redação final para a votação na CAS. O senador pretende obter consenso sobre o único ponto polêmico, que é a faixa de idade que o estatuto vai abranger: de 15 a 29 anos ou de 18 a 29 anos. A questão é se a nova norma, começando aos 15, ficaria sobreposta ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que vai até os 18 anos.

Paim deu essas informações após audiência pública da CAS na Assembleia Legislativa de

Porto Alegre, a última antes da votação na comissão, realizada para ampliar o envolvimento da sociedade. Participaram a secretária nacional de Juventude da Presidência da República, Severine Macedo; a presidente do Conselho Nacional de Juventude, Ângela Guimarães; e a representante da Pastoral da Juventude Paula Grassi, entre outros.

A proposta de Estatuto da Juventude foi apresentada em 2004 pela comissão especial da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar e estudar sugestões de políticas públicas para a juventude e ficou em análise por sete anos. Em 2011, foi aprovada pelo Plenário daquela Casa e encaminhada ao Senado.



Paim (ao microfone) coordena audiência pública na Assembleia Legislativa de Porto Alegre sobre o Estatuto da Juventude

Comissão discute reajuste na tabela do SUS

O reajuste da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) para os procedimentos médicos em hospitais privados será tema de audiência pública amanhã na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A revisão dos valores pagos é uma reivindicação das Santas

Casas de Misericórdia, hospitais e entidades filantrópicas, responsáveis por cerca de metade do atendimento público de saúde. A iniciativa é de Ana Amélia (PP-RS).

Em fevereiro, a frente parlamentar de apoio a esses hospitais pediu ajuda ao

presidente do Senado, Renan Calheiros.

Os parlamentares alegam que, a cada R\$ 100 que as Santas Casas gastam no atendimento do SUS, recebem somente R\$ 65. A dívida teria superado os R\$ 11 bilhões em 2012.

Eduardo Braga quer regularizar médicos estrangeiros no Brasil



Programas de incentivo para que médicos brasileiros trabalhem em pequenos municípios têm sido insuficientes para atender a demanda, o que justificaria a regularização da atuação de profissionais formados em outros países. Essa é a opinião de Eduardo Braga (PMDB-AM), que elogiou o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab), do Ministério da Saúde. Braga lamentou, no entanto, que a adesão no Amazonas tenha ocorrido em apenas 11 dos 33 municípios incluídos no programa. Ele acrescentou que as localidades atendidas são “as mais bem-aquinhoadas do Amazonas”.

— Enquanto isso, os médicos colombianos, bolivianos e peruanos estão praticando medicina no interior da Amazônia — frisou.

Ele defendeu que o Senado regularize a atuação de médicos estrangeiros e observou que a deficiência ocorre não apenas na Região Norte, mas também no Centro-Oeste e no Nordeste.

Jucá elogia proposta que inibe desvio de medicamento público



Romero Jucá (PMDB-RR) comunicou que será o relator do projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que obriga a inscrição de tarja nos medicamentos para uso no sistema público de saúde com a inscrição “Venda proibida. Produto de uso exclusivo pelo setor público”.

— É uma forma de evitar o que ocorre hoje em milhares de hospitais e postos de saúde, que é, infelizmente, o desvio de medicamentos — destacou, em elogio à iniciativa (PLS 55/12).

Jucá adiantou que seu parecer será favorável. Também disse esperar que a aprovação do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ocorra já nesta semana, em decisão terminativa — caso não haja recurso para ir ao Plenário, segue direto à Câmara dos Deputados.

Jucá destacou ainda o lançamento do Programa Mulher: Viver sem Violência, anunciado semana passada por Dilma Rousseff, que destina R\$ 265 milhões para o combate à violência.

Projeto cria Semana Nacional da Doação de Cordão Umbilical



A doação de cordão umbilical para a rede pública de saúde pode ser estimulada nacionalmente. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) examina amanhã o projeto (PLS 299/10) que institui a Semana Nacional da Doação de Cordão Umbilical. O sangue de cordões e de placentas é fonte rica de células-tronco, capazes de produzir todas as outras células do sangue, e pode ser usado no tratamento de pessoas que precisam de transplante de medula óssea, por exemplo.

O autor do projeto, Inácio Arruda (PCdoB-CE), argumenta que, no Brasil, “cerca de 2.500 pessoas têm indicação de realização de transplante de medula óssea por ano. Dessas, 1.500 não encontram um doador com laços de parentesco e compatibilidade genética”.

A semana de 8 de outubro foi escolhida por ter sido a data da realização, em 2004, do primeiro transplante de medula óssea com sangue de cordão umbilical de doador brasileiro.

Cícero Lucena critica Ministério da Integração

Ao tratar das dificuldades enfrentadas pelos estados do Nordeste, Cícero Lucena (PSDB-PB) criticou a atuação do Ministério da Integração Nacional, que, segundo ele, não vem exercendo sua função de estimular ao mesmo tempo o desenvolvimento regional e a integração do país.

— O planejamento estratégico do país deveria passar por esse ministério, mas é realizado pelo do Planejamento, o que representa uma distorção de papéis — afirmou.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o senador esteve à frente da Secretaria de Políticas Regionais, órgão que tinha atuação equivalente. Ele afirmou que, “se coubesse à Integração o planejamento estratégico, a Paraíba não estaria fora da Ferrovia Transnordestina” e a obra de retirada de pedras do Porto de Cabedelo já teria sido concluída.

— O governo possui uma dívida histórica com os paraibanos — protestou.

Cícero também criticou as ações do governo para combater a seca, para ele insuficientes e lentas.

— E este ano, pelo que indicam os índices de chuvas, será mais grave que o ano passado. Cobramos desde já uma ação planejada, eficiente e preventiva — alertou.



Gerardo Magaldi/Agência Senado

Leonardo Helling/Obj. Dep. Edgard Piretto

Pedro Franco/Agência Senado